

PETIÇÃO (MOD) FAMÍLIA

RESTABELECIMENTO DE SOCIEDADE

PEDIDO DE JUSTIFICAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE, ESTADO DO , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor JUSTIFICAÇÃO pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS A Requerente conviveu em união estável com o Sr. pelo tempo de ... anos, não resultando filhos dessa relação. Ocorre que o companheiro da Requerente veio a falecer em razão de uma parada cardio-respiratória, conforme atestado de óbito em anexo (doc. 02), não tendo deixado nenhum herdeiro, o que se verifica da Certidão de Inexistência de Dependentes Habilitados à Pensão Por Morte emitida pelo INSS (doc. 03). Por ocasião de sua morte o de cujus deixou bens, especificamente um automóvel, direitos de um imóvel com benfeitorias e de um lote, ambos decorrentes do contrato de compromisso de compra e venda e, ainda, direitos a verbas trabalhistas, decorrentes de sua relação de emprego. DO DIREITO Tendo em vista que o de cujus não deixou nenhum herdeiro necessário (doc. 03), tem a Requerente direito à totalidade da herança, nos termos do que dispõe o inc. III do art. 2º da Lei 8.971/94. Dessa forma, pretende a Requerente justificar a existência de sua convivência com o de cujus por mais de 20 anos, produzindo provas através da ouvida de testemunhas, com o intuito de utilizar a presente justificação em processo de arrolamento, para pleitear a devolução de parcelas pagas do financiamento de um lote e o pagamento das verbas trabalhistas devidas pelo empregador do de cujus. DOS PEDIDOS Diante do exposto, pleiteia a homologação da prova obtida por meio da Justificação, com a entrega dos autos à Requerente. Do Requerimento: Requer seja recebida a presente Ação e acolhidos os pedidos; A intimação de terceiros incertos, desconhecidos e demais interessados para que tomem ciência da presente ação; A intimação do digno representante do Ministério Público, para que participe do feito; Pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, principalmente, testemunhal; A concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei 1.060/50 e demais dispositivos cabíveis à espécie, por se tratar a Requerente de pessoa pobre, não podendo arcar com as custas processuais, conforme declaração em anexo. Dá-se à causa o valor de R\$ Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB